

Ocupações reais e simbólicas.

Sobre a territorialidade de influência partidária nos cartazes políticos

(Portugal, 1974 –1975)

Eduardo J. M. Camilo*

Neste estudo pretendemos analisar a especificidade das significações inerentes a uma concepção partidária de ‘territorialidade’, de ‘domínio político-partidário’ que foram veiculadas em Portugal por cartazes durante o período revolucionário decorrente entre 25 de Abril de 1974 e 1975.

Com a redacção deste artigo procuramos responder às seguintes questões: se o espaço é uma das temáticas dos cartazes produzidos durante a época revolucionária, então como é significado enquanto ‘territorialidade político-partidária’, como uma construção simbólica que consiste na afirmação de uma espécie de ‘domínio de influência e de intervenção político-institucional’? Quais são as dimensões substanciais e formais inerentes a esta temática, já que o espaço não é significado da mesma maneira por todas as formações partidárias? Será que as variações não resultarão da conjugação de distintos traços semânticos?

Este artigo é composto por duas partes. Na primeira, iremos reflectir sobre o que concebemos por ‘espaço’, por ‘território político-partidário’. Recorreremos principalmente a dois autores: Edward Hall (Hall, 1986; Littlejohn, 1988; Hall *et al*, 1990; Fabri, 1992), com os quais conceptualizaremos a territorialidade político-partidária como fazendo parte de uma espécie de ‘proxémica partidária’, e Pierre Bourdieu (Bourdieu, 1989), que nos possibilitará compreender esta territorialidade como sendo uma construção decorrente do exercício de um poder simbólico, de uma autoridade instituinte questionável, de um poder lógico que ainda se está a criar. Na segunda parte, conceberemos a territorialidade partidária como uma realidade semântica que, na sua dimensão substancial, resulta da conjugação de uma multiplicidade de traços semânticos ou de semas. Neste tarefa seguiremos os critérios metodológicos de A. J. Greimas (Greimas, 1987).

* Professor Auxiliar no Departamento de Comunicação e Artes da Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal.

I

A territorialidade político-partidária

Mais do que uma realidade geográfica, entendemos o ‘espaço político-partidário’ como sendo uma construção simbólica. Esta posição implica que o reflectamos de um modo semelhante ao que Pierre Bourdieu adoptou no que respeita à formalização do conceito de ‘região’ (Bourdieu, 1989: 113 e ss). Certamente que ela é um domínio, uma zona, uma área. Porém, também é o produto das condições que lhe possibilitaram ser o que é. A região é uma construção simbólica que não é mais do que a conjugação de um ‘senso’ – a imposição de um sentido espacial – com um ‘com-senso’ – a aceitação, a permissão. Quanto menos for problematizada essa dimensão instituinte, mais forte e constrangedor é o poder simbólico. É esta não problematização que Edward Hall salienta relativamente à natureza significativa do espaço: “está ligada aos modelos e às regras apreendidas e executadas de um modo absolutamente inconsciente”. Por razões que ainda estão por descobrir “o homem recalca as razões para estar no seu lugar, os seus meios de encontrar esse lugar” (Fabri, 1992: 95 e ss). Esta particularidade leva-nos a supor que a natureza instituinte do espaço é tanto mais evidente quanto a gestão simbólica que está subjacente à sua imposição for polémica, problemática.

A controvérsia, a luta inerente a imposição e gestão simbólica de um espaço está associada a dois contextos: o primeiro remete para uma espécie de ‘momento zero’, inerente ao exercício instituinte de um poder simbólico, no qual se determinam as fronteiras de um domínio espacial. Corresponde ao instante durante o qual é mais evidente o carácter arbitrário ou estratégico da marcação de fronteiras. O segundo contexto, está relacionado com a ocorrência de lutas ou de tensões simbólicas inerentes à gestão da mesma territorialidade através de critérios culturais ou institucionais distintos.

Para nós, esta dimensão controversa do espaço é útil, pois permite-nos perceber de que forma as mensagens políticas estão relacionadas com a significação de uma territorialidade de intervenção e de influência partidária. Tal significação estará associada

a momentos de instituição simbólica de uma singularidade político-ideológica que se desenvolveu a partir da reivindicação de um espaço de influência ou de acção política ou, então, de estratégias de afrontamento, de conflito relativamente ao domínio simbolicamente ocupado por outras formações políticas. Estes dois momentos são por nós interpretados como pertencendo a uma dinâmica de afirmação institucional associada ao exercício específico de um poder simbólico com a particularidade de ainda se estar a consolidar durante o período revolucionário. Daí considerarmos o facto desta dinâmica ser problemática: não se desenvolve contínua e progressivamente. Está sujeita a rupturas, a avanços e a recuos; é uma afirmação institucional que se vai ‘afirmando’.

II

A significação da espacialidade político-partidária

Antes de passarmos ao inventário de significações da territorialidade político-partidária patentes nos cartazes revolucionários, consideramos necessário tecer as seguintes considerações.

1ª- A territorialidade político-partidária apresenta vários sentidos. A este propósito confira-se o seguinte extracto do cartaz de esclarecimento do MDP-CDE (Movimento Democrático Popular – Comissão Democrática Eleitoral):

“Hoje os trabalhadores devem responder *acorendo activamente às barreiras em apoio aos militares patriotas e aos democratas que aí defendem a revolução e fazem frente à marcha reaccionária sobre Lisboa!*” (MDP-CDE [1], 1975)”.

É indiscutível que, entre as várias ordens de significações (de índole laboral, militar e histórica), também existem as que remetem para a evocação de um espaço político-partidário. Trata-se de uma espacialidade fixa, de enquadramento (Lisboa; as barreiras onde se defende a revolução), mas também de natureza dinâmica, relacionada com a interacção entre sujeitos e que, neste caso, está associada ao conflito, à guerra partidária (fazer frente; levantar-se contra);

2ª - A espacialidade político-partidária pode apresentar vários sentidos resultantes da incidência em certos traços semânticos. A singularidade simbólica de uma instituição político-partidária, no que concerne à significação do seu espaço de intervenção, fundamenta-se num conjunto limitado de traços semânticos combinados segundo uma determinada ordem. Esta característica permite-nos conceber as lutas simbólicas entre instituições partidárias como estratégias discursivas pelas quais procuram afirmar ideologicamente uma espacialidade cuja composição semântica é idêntica ou semelhante à que é evocada pela instituição adversária;

3ª- Não deveremos confundir os contornos substanciais e formais dos significados da territorialidade partidária com a forma como eles são expressos nas mensagens veiculadas pelos cartazes. Como escreve Greimas, “*las cualidades-significantes, que se sitúan fuera del hombre, no deben confundir-se con las cualidades-significados*”(Greimas, 1985: 16). Não é possível uma classificação dos significados a partir dos significantes. Esta particularidade não impede que os traços semânticos não possam ser exemplificados a partir das configurações significantes. Porém, elas apresentam somente um valor ilustrativo;

4ªa- Como a exemplificação dos significados se concretiza a partir de uma dimensão significativa, é lícito desenvolver tal tarefa a partir das materialidades expressivas que são específicas do discurso político-partidário veiculado por cartazes, como é o caso das imagens e das palavras. Elas interagem para recobrir um significado idêntico e podem interferir-se no mesmo processo de significação;

5ª- Na caracterização semântica do espaço partidário, seguimos de perto as contribuições de Edward Hall e de Greimas. De Hall, partilhamos a sua preocupação em determinar aquilo que no espaço constitui os traços pertinentes de configurações significativas de índole proxémica características de certas estruturas culturais. No nosso caso, elas serão de natureza partidária, de índole político-institucional. Relativamente a Greimas, interessámo-nos pelos seus procedimentos metodológicos relativamente às análises que efectuou sobre o lexema ‘cabeça’, concretamente as formalizações de conteúdo espacial (Greimas, 1985: 64 - 75). No âmbito desses estudos, apreciamos, especialmente, a explicitação da dimensão complexa de determinados significados, que resulta da conjugação de vários semas: assim, na expressão “a cabeça de um cortejo” é

formalizada em termos semânticos pelos semas ‘extremidade + anterioridade + horizontalidade + descontinuidade’ (Greimas, 1985: 69).

II.1 – Espaço fixo, semi-fixo e dinâmico de cariz político-partidário

No que respeita à espacialidade partidária, verificámos que um dos eixos semânticos, o mais básico, está relacionado com o domínio no qual se desenvolve a actividade política. Na sua caracterização baseámo-nos nas classificações do micro-espaço, tal como foram formalizadas por Edward Hall: espaço com características fixas, semi-fixas e dinâmicas (Fabri, 1992: 36).

O espaço fixo corresponderá a uma espécie de cenário no qual se desenvolvem os comportamentos, o território semi-fixo é um domínio espacial onde se encontram os componentes susceptíveis de alteração (como é o caso do mobiliário, por exemplo) e o espaço dinâmico é uma territorialidade pessoal, subjectiva, podendo ser gerida (no sentido de estendida ou encolhida) nas interações da vida quotidiana (Littlejohn, 1988: 110).

Não obstante o facto de os eixos semânticos se estruturarem a partir de duas articulações sémicas incompatíveis, tal particularidade não impede que também possa existir um termo adicional, intermédio ou neutro, como acontece, neste caso, em que a espacialidade para além de poder ser fixa ou dinâmica, poderá ser determinada por uma relativa mobilidade. Esta é igualmente a tese de Greimas que concebe a possibilidade de existir um terceiro termo-objecto dotado de um valor médio nos eixos semânticos (Greimas, 1985: 36). Em termos de significação, torna-se assim possível conceber uma territorialidade inalterável, outra que apresenta um certo grau de variação (nem absolutamente fixa, nem totalmente variável) e uma espacialidade dinâmica dotada de um vínculo individual.

A ponderação do termo neutro segue de perto, no sentido de respeitar, a tricotomia de Edward Hall. Contudo, verificámos que o seu valor é nulo no discurso político-partidário, pois as significações articulavam-se nos termos inerentes a uma espacialidade fixa ou dinâmica. São precisamente eles que constituem uma espécie primeiro nível de dicotomia semântica a partir do qual se estruturam todos os outros.

A- O espaço fixo.

Se considerássemos a mensagem político-partidária como uma espécie de ‘texto teatral’, um ‘guião doutrinário’, o espaço fixo corresponderia a um ‘cenário de referência’ dotado de diversas configurações. Apresentam uma especificidade política, assumindo-se como um domínio no qual se desenvolvem interacções de natureza partidária. Mas também se pode pautar por uma génese não política, sendo, todavia, objecto de uma intervenção ou influência partidária. É, portanto um território que é partidarizado. É o caso, por exemplo, do espaço do trabalho (a fábrica, o estaleiro, etc.) ou da indigência (a bairro da lata, a taberna, o asilo, o hospital, etc.).

Na própria especificidade política do espaço fixo, também existem variações semânticas que deverão ser destacadas. A territorialidade pode apresentar uma natureza partidária e uma dimensão interna (a célula, o departamento, o comité central, etc.) ou apartidária, isto é, relativa a um domínio que é reservado à actuação das instituições que constituem a estrutura do campo político (por exemplo, a Assembleia Constituinte, os Ministérios, etc.).

Relativamente à sua natureza, o espaço fixo de índole política pode ser real, topograficamente reconhecido e linguisticamente objectivado, ou idealizado, ficcionado numa espécie de territorialidade utópica. No primeiro caso, é o ‘palco’ onde se desenvolve uma história político-partidária. É o espaço da iniciativa, o domínio do *meeting* (“grande Comício Popular, **Santarém, Casa do Campino**” – MDP-CDE, [2], 1975), mas também o sítio onde ocorre o acontecimento político-partidário imprevisível (“Continua a alastrar perigosamente a onda de violência desencadeada pela forças reaccionárias, nomeadamente **no centro e norte do país**” – MDP-CDE, [3], 1975) relativamente ao qual é necessário reagir. Em contrapartida, o espaço utópico remete para uma espécie de ‘admirável mundo novo partidário’ que é significado por uma espécie de ‘texto de antecipação’ veiculado por palavras e por imagens. Será interessante averiguar até que ponto existirão signos que nos possibilitem delimitar a real natureza utópica subjacente a esta territorialidade (Ricoeur, 1991: 445-460). Referimo-nos à conceptualização do ‘possível’ – em que as utopias se opõem a ideologias ou a contra-utopias; ao exercício de um desafio e de um contra-poder revolucionário; ou,

simplesmente, à afirmação de um ponto de fuga, a partir do qual se concretiza o exercício de uma imaginação revolucionária sobre a própria prática do poder político.

Salientamos a particularidade de nesta dicotomia entre territorialidade real ou utópica existirem interessantes do ponto de vista significativo. Nos cartazes partidários da época da Revolução de Abril, o espaço real tendia a ser verbalmente objectivado. Em contrapartida, as dimensões utópicas eram evocadas principalmente a partir de significantes iconográficos de natureza mais esquemática e já não estritamente icónica: representações lineares, à exploração das silhuetas ou a outros recursos gráficos como é o caso do alto contraste. Esta esquematização reflecte necessidades de significação semelhantes às sentidas por certos pintores e fotógrafos interessados em captar o que se encontra para lá de uma mera presença. Estamos-nos a recordar, por exemplo, de Eugene Disderi para quem o desafio do retrato fotográfico não consistia em “*reproduire avec une justesse mathématique, les proportions et les formes de l’individu*” (Disderi: 1862: 38) mas, sobretudo, o seu espírito, o seu carácter moral. Da mesma maneira: o que é mais importante na significação do espaço da utopia é a afirmação de uma consciência, de uma alternativa político-partidária.

A1 – O espaço fixo: a territorialidade partidária

No quadro nº 1, sistematizámos os diferentes termos subjacentes à significação da espacialidade fixa a partir de três eixos distintos: a) o do domínio da intervenção; b) o relativo à natureza do território e, c), o inerente ao âmbito territorial.

Começamos por descrever as singularidades inerentes à significação de uma espacialidade política. Depois, descreveremos as relativas à evocação de um territorialidade, cuja configuração embora seja fixa, não apresenta uma génese política (*A1.4 – O espaço fixo de índole não política*).

Configuração	Espacialidade Fixa					
	Domínio de intervenção		Político		Não político	
Natureza	Partidária		Não partidária		Laboral	Não laboral
Âmbito	Interno	Externo	Tradicional	Não Tradicional		

Quadro 1: dimensões semânticas da espacialidade fixa de índole político-partidária.

A.1.1 – O domínio de intervenção

A territorialidade fixa tem por base de referência a própria estrutura do campo político. Corresponde à sua esfera de acção e de legitimidade. Esta particularidade não impede, todavia, que também possa apresentar uma dimensão não política, reportando-se a outros domínios actividade social (cultura, economia, religião, etc.). Nesta remissão, esses domínios sofrem como que uma acção de ‘interferência’ do próprio campo da política ao ponto de serem ‘politizados’ ou ‘partidarizados’. Quanto a nós, este fenómeno é indiciático das interpenetrações do campo da política noutros campos sociais durante o período imediatamente posterior ao pós 25 de Abril de 1974. Está relacionado com ajustamentos e reestruturações das esferas de acção e de expressão política como se estas se pudessem expandir ou contrair.

A afirmação simbólica de um espaço de intervenção e de influência durante o período imediatamente posterior à Revolução de Abril de 1974 foi tanto mais evidente na medida em que o campo político se encontrava em renovação hierárquica, em transformação e num momento de renovação de valores de actuação. É neste quadro que interpretamos o sentido de certas mensagens político-partidárias que remetem para a significação de uma territorialidade relacionada com domínios de intervenção cuja especificidade tanto pode ou não ser política.

A.1.2 – A natureza do território

Na evocação das esferas de acção e de legitimidade política, constatámos a existência de variações semânticas. Estão relacionadas com a evocação de territorialidades inerentes aos domínios de actuação dos actores que integram o corpo e a hierarquia do campo político. Entre eles, encontramos, para além dos partidos, outras instituições políticas. Por exemplo, o Conselho da Revolução ou a Assembleia Constituinte. As mensagens remetem, portanto, para a significação de dois territórios: um, é de índole político-partidária e o outro, de especificidade político-institucional. A significação destes dois espaços apresenta, por sua vez, disparidades que estão relacionadas com o próprio funcionamento destas instituições sociais, como iremos demonstrar no eixo semântico relativo ao âmbito de intervenção.

A.1.3 – O âmbito de intervenção

Como referimos, este eixo de significação reporta-se a uma territorialidade inerente à actuação quotidiana dos protagonistas do campo político que não deverá ser confundida com uma esfera de acção previamente formalizada por lei.

Passamos a apresentar os semas inerentes à territorialidade das instituições políticas; depois descreveremos os inerentes à actuação dos partidos políticos daquela época.

No que respeita às instituições políticas, constatámos que a significação da territorialidade se pode articular em dois semas, conforme apresenta um valor tradicional, isto é, relativo à esfera de acção dos órgãos que constituem a estrutura do campo político ou remete para um domínio de actuação que é típico de outros agentes que a podem potencialmente integrar. Esta polaridade fundamenta-se na significação de uma espacialidade pertencente ao campo político por tradição (“todos à manifestação, dia 3 de Novembro – pelas 19.30 h. Concentração no Cais do Sodré - para **Ministério dos Negócios Estrangeiros**” - MDP-CDE, [4], 1975), ou, então uma territorialidade que está associada à renovação (revolucionária) da sua própria estrutura. É nesta perspectiva que interpretámos o cartaz doutrinário da coligação FUR – Frente de Unidade Revolucionária –, onde se reivindica a dissolução da Assembleia Constituinte (denunciando-se o seu carácter burguês), exigindo-se, complementarmente, a organização de um governo de unidade popular conjugado com uma variedade de outros órgãos de poder, desde os tribunais populares, aos conselhos de aldeia ou às assembleias de trabalhadores (FUR, 1975), cada um remetendo para um determinado domínio de intervenção. É toda uma significação evocativa de uma renovação do campo político que se caracteriza pela proposta de uma forma alternativa de conceber a *praxis* política com outros órgãos, outros protagonistas, noutros espaços de intervenção.

Não deveremos confundir a significação da espacialidade política partidária de âmbito não tradicional com aquela cujo domínio de intervenção não é político na sua génese porque está relacionado com a evocação de um mundo do trabalho ou da providência social. Efectivamente, se esta última categoria semântica nos possibilita reflectir sobre as relações de coexistência e de interferência do campo da política noutros

campos sociais, a primeira permite-nos entender o alcance de algumas estratégias de posicionamento ideológico e de legitimação dos agentes institucionais então emergentes na própria estrutura do campo político.

Passemos agora para a caracterização da significação da territorialidade estritamente partidária.

Numa perspectiva interna, isto é, tradicionalmente da esfera de acção do próprio campo político, esta significação está relacionada com o espaço de actuação do partido, confundindo-se com a sua estrutura organizativa. Como os cartazes que analisámos apresentavam uma abrangência externa - destinavam-se à sociedade civil -, esta espacialidade interna não é frequentemente evocada. Todavia, descobrimos alguns cartazes que a significam, mesmo que marginalmente. Trata-se de um conteúdo que está relacionado com a organização de iniciativas por determinados departamentos do partido. Por exemplo, no que respeita ao Partido Comunista Português (PCP), esta espacialidade apresenta algumas configurações significantes: é o caso dos Centros de Trabalho (“Por um Portugal democrático com o PCP. Emigrante participa. dirige-te aos **centros de trabalho do Partido Comunista Português**”- PCP, [1], [1974]); ou da comissão política regional (“Partido Comunista Português, **Comissão de Alhandra**. 2º comício com A. Cunhal” – PCP, [2], 1974).

Mais importante do que esta espacialidade é a que é dotada de uma dimensão externa. É fluída, inerente à organização da iniciativa partidária (a sessão de esclarecimento, a festa de juventude, o comício), ou à reacção a uma determinada ocorrência. Remete, portanto, para domínios de intervenção relacionados com duas formas de temporalidade político-partidária: uma encontra-se subjacente a uma actividade quotidiana, regular; a outra, está associada ao acontecimento ao episódio político fortuito, não previsível.

A significação do espaço da realização da iniciativa partidária está relacionada com um regime de funcionamento institucional mais ou menos regular, que é gerido estrategicamente pela instituição partidária com o objectivo de instituir e de consagrar a sua singularidade ideológica. É nesta territorialidade que se descortinam os locais de intervenção ou de influência de certos partidos políticos. Ainda hoje este fenómeno acontece relativamente a algumas festas ou comícios. É o caso do Seixal, local da Festa do

Avante, organizada pelo Partido Comunista Português no mês de Setembro, que marca simbolicamente o fim do período das férias políticas. É sabido que durante o período revolucionário existia na cidade de Lisboa, e noutros locais de Portugal, uma espécie de gestão institucional da territorialidade relativa à organização de determinadas iniciativas políticas e mesmo: o Parque Eduardo VII, a Avenida da Liberdade, o Rossio, o Terreiro do Paço, etc.. Esta territorialidade partidária deverá ser entendida como uma espécie de ‘feudo’ no âmbito do qual o partido político desenvolve uma acção estratégica relacionada com os seus objectivos e prioridades de afirmação ideológica. Ora, este domínio pode apresentar configurações distintas conforme é significado como o local do *meeting* (“Álvaro Cunhal em Aveiro (...) no Pavilhão Gimnodesportivo” – PCP, [3], 1974) ou o próprio local de intervenção partidária (“nas cidades e nos campos, alargar a força do povo” – PCP, [3], 1974).

A territorialidade externa de intervenção partidária relacionada com a actividade planeada, organizada do partido, contrasta com a outra categoria de significação, que implica uma concepção do território como o palco no qual ocorre o acontecimento político. Trata-se de um domínio fixo que poderemos considerar como pertencendo à categoria semântica do local do imponderável, do domínio do politicamente extraordinário, onde ocorre o imprevisível relativamente ao qual o partido terá de reagir. Esta é por excelência a espacialidade de uma história partidária se a considerarmos como a narrativa partidária do acontecimento político.

Passamos a apresentar o seguinte extracto de um cartaz de esclarecimento editado pelo MDP-CDE (MDP-CDE, [3], 1975), onde esta categoria de territorialidade se destacada a negro:

“Acumulam-se os ataques reaccionários às **autarquias locais geridas por homens honestos e devotados à revolução, sindicatos; comissões de trabalhadores e de uma forma geral todas as estruturas democráticas e populares** têm sido especialmente alvo do furor reaccionário. (...) **No sul**, os latifundiários tentam, através de acções violentas, resistir ao avanço da reforma agrária.(...)”

Salientamos a particularidade desta territorialidade ser fixa, isto é, estar relacionada com configurações espaciais estáveis. Todavia, também pode apresentar

traços semânticos característicos de uma territorialidade de índole dinâmica relacionada com as próprias interações dos actores político-partidários. Há, portanto, uma espacialidade informal subjacente à expressão do acontecimento partidário que está relacionada com a evocação da luta, do combate (MDP-CDE, [5], 1975):

“os reaccionários querem **invadir** Lisboa (...) É para **fazer pressão contra o avanço** da contra-revolução. Todos os trabalhadores, todos os revolucionários devem **ocupar o seu lugar nesta batalha decisiva em defesa da revolução** (...) Os reaccionários **não devem entrar em Lisboa**”.

Ao mesmo tempo que atribui ao discurso político uma dimensão cada vez mais panfletária e invectiva (“o partido da classe operária que virá a tomar o lugar do antigo PCP de José Gregório e Militão Ribeiro, transformado pela **camarilha revisionista que o tomou por dentro num partido traidor à classe e à revolução e numa agência de interesses sociais imperialistas do nosso país** – CMLP/OCMLP/ORPCML, 1975), o acontecimento transforma o espaço partidário na arena da batalha política, conferindo ao discurso um cunho marcial, pelo qual a *polis* subitamente se transforma no espaço da guerra (“**em frente** pela revolução popular” – OCMLP, 1975) e o actor político, ao invés de militante, passa a ser concebido como um militar arregimentado numa milícia : “**o povo libertou** o camarada Arnaldo Matos e **libertará todos os presos** políticos” – MRPP, [1], 1975).

Temos vindo a demonstrar como a significação da territorialidade do acontecimento político se encontrava associada a um discurso reactivo de índole polémica, panfletária ou invectiva. Descobrimos, porém, uma excepção a esta situação: trata-se de um discurso celebrativo, de afirmação da peculiaridade político-ideológica do partido, estando integrado em modalidades discursivas de afirmação e de celebração ideológica. O espaço encontra-se destituído da dimensão abrupta e absurda inerente ao local onde ocorreu o ‘acidente político’, inscrevendo-se num regime ritual de funcionamento institucional. É nessa medida que pode ser celebrado, festejado como fazendo parte do património simbólico do partido: é, por exemplo, o caso de Baleizão (Alentejo) onde Catarina Eufémia foi assassinada; é igualmente o caso da Marinha Grande, localidade

onde em 1934 ocorreu a greve de características insurreccionais contra o Estatuto do Trabalho Nacional que ilegalizava os sindicatos livres e permitiu afirmar definitivamente o Partido Comunista Português como partido político (PCP, 1981: 47).

A.1.4 – O espaço fixo de índole não política

A significação de uma espacialidade não política fundamenta-se em dois grandes domínios: o do mundo do trabalho e o da indigência ([figura nº 1](#)).

O mundo do trabalho corresponde a uma espacialidade não política que é significada, sobretudo, em dois tipos de cartazes: os de reivindicação e os de anúncio de iniciativa.

É nos cartazes de reivindicação que se verifica com maior clareza a tal evocação do mundo do trabalho, pois o discurso incide na transmissão de uma exigência ou de uma proposta de intervenção política e partidária em sectores de actividade que tradicionalmente não se inscrevem na área de acção do campo político (“Acabem com os impostos, multas e alcavalas sobre os camponeses pobres!” – UDP, [1], 1974-1975; “não aos despedimentos!” – UDP, [2], [1975]; “A reforma agrária que o Partido Comunista preconiza”, PCP, [4], 1974-1975). Estes domínios reportam-se a cenários específicos, pelo que a actividade partidária se desenvolve principalmente nas fábricas, nos campos, nos escritórios, nos jornais, nos estaleiros, nos quartéis, etc..

No que respeita aos cartazes de iniciativa, descobrimos que a significação do espaço do trabalho resultava da conjugação de sentidos decorrentes de mensagens verbais e iconográficas. A territorialidade verbalmente significada corresponde ao sítio onde o evento se iria concretizar. Era o Pavilhão dos Desportos, os Restauradores, o Terreiro do Paço, a Reitoria da Cidade Universitária, etc.. Também poderia ter uma abrangência mais regional: Portimão, Matosinhos, Setúbal, Lisboa, etc.. É, portanto, uma espacialidade não política, toponímica, que se consubstancia num domínio de intervenção partidária de âmbito externo. Em contrapartida, a territorialidade iconograficamente evocada remete para a significação desse mesmo local, mas já numa perspectiva metonímica. É precisamente nos conteúdos dessas metonímias que surge a significação do mundo do trabalho, já que elas só são alusivas do sítio ou do local da iniciativa partidária a partir de critérios e de objectivos ideológico-partidários. É nesta medida que este local metonímico

não é um espaço qualquer; é sempre o território do trabalho que se assume como um domínio onde o partido pretende intervir.

A dinâmica metonímica subjacente às imagens de cartazes de anúncio de iniciativas partidárias, pela qual se alude, se evoca e se qualifica um local de intervenção partidária, faz-nos recordar o discurso do postal turístico. Também nele existe a evocação metonímica de uma região, de um local de férias, por intermédio da significação de outro espaço que consiga ser suficientemente evocativo do primeiro. A diferença reside na qualidade das metonímias. Enquanto no discurso turístico o local é evocado por outro, mas na condição de ser caracterizado por valores inerentes ao lazer, à diversão, ao prazer, à cultura, no discurso político-partidário o sítio da iniciativa política é sempre sugerido por uma espécie de espaço fixo que corresponde a um local de trabalho.

A obsessão pela alusão do espaço do trabalho, que é um local partidarizado, origina interessantes implicações na forma como os actores sociais são concebidos pelos partidos políticos. Como o território do trabalho se assume como um palco de influência partidária, esta dinâmica também afecta o estatuto dos próprios trabalhadores que passam a ser militantes, no sentido de estarem arregimentados a um partido (“PCP o partido dos trabalhadores e da resistência anti-fascista” – PCP, [5], 1974).

A marcação partidária do espaço não político, concretamente o do trabalho, se é indiciática de um fenómeno de partidarização do mundo da vida, que, quanto a nós, é perfeitamente natural durante um período revolucionário, não deixa de ser plena de efeitos perversos – porque não previstos – relativamente à conceptualização de uma vocação política perpassada por habilitações de índole tecnocrata. Esta tecnocracia é compreensível pois assistimos a uma interferência na prática política de valores de actuação que já não são políticos, mas inerentes ao mundo laboral, relativos à perícia e ao exercício técnico. Estão relacionados com a concretização de uma racionalidade privada, pautada por critérios de eficácia (Habermas, 1984: 128-130) que não são característicos das modalidades expressivas e pragmáticas inerente ao campo político. Subjacente a este fenómeno, e por inspiração em Max Weber (Weber, 106-107), descortinamos uma modificação estrutural dos modos de vida política. A sobreposição do mundo do trabalho no da política tem por reverso da medalha, a interferência no exercício político-partidário de valores inerentes à actividade laboral, levando-o a reduzir-se, no seu grau mais

absoluto, a um profissionalismo exacerbado, a uma burocracia. Desta situação resulta a emergência de uma vocação que, ao invés de ser caracterizada por uma *vivência para a política*, consiste numa *vivência da política* associada a um funcionalismo e a uma especialização tecno-administrativa.

A significação de uma espacialidade não política também se fundamenta em cenários fixos inerentes à indigência, à miséria. Embora a sua evocação seja menos frequente que a do mundo do trabalho, tendo apenas sido descortinada nos cartazes de uma única instituição partidária de ideologia democrata cristã (o CDS – Centro Democrático Social), ela deverá ser analisada, já que também produz implicações na conceptualização do próprio exercício político.

Os cenários inerentes à indigência, à miséria, correspondem à espacialidade da necessidade, da carência: de habitação, de alimentação, de assistência social, etc.. O partido já não é mais o dos operários e dos camponeses, mas o dos pobres e dos necessitados. Esta base de legitimidade produz interferências na própria conceptualização da actividade partidária e da vocação política, à semelhança do que tinha ocorrido com a interferência dos valores do trabalho. A política passa a ser mediada por uma prática de recenseamento de necessidades, de gestão de expectativas, um exercício que se inscreve numa espécie de prestação político-partidária de serviços. Este assistencialismo, que se faz sentir nos mais variados domínios (desde os da educação ao da saúde), é, quanto a nós, sintomático de interferências exercidas por outros campos sociais na própria actividade do campo da político. Estamos a referir-nos, em particular, às influências do campo económico e do campo religioso. No que respeita ao primeiro, a actividade partidária tende a ser concebida como uma prestação partidária de serviços a consumidores políticos (e já não a cidadãos), num espaço fixo semelhante a um mercado. Por sua vez, no que concerne às interferências do campo religioso, o exercício partidário é determinado por valores beatos, levando a que, na sua dimensão mais absoluta, a política seja perpassada pela teologia, apresentando uma dimensão messiânica, muito em voga nalguns países relativamente aos quais os Estados Unidos da América constitui um exemplo paradigmático: já não há mais a esquerda nem a direita, enquanto topologias político-ideológicas, mas somente o caminho recto, o centro que o Senhor ordenou (Dt 5, 32-33); complementarmente, a comunidade política é um rebanho de Deus, o povo que se

encontra irmanado por uma divindade, pelo que a interacção é, acima de tudo, a concretização partidária do decálogo. Complementarmente, o “querer responder político” não deverá ser confundido com a prestação do serviço, mas com o compromisso religioso que é politizado partidariamente. Por sua vez, o território deverá ser interpretado como o palco onde se funda uma irmandade religiosa, mesmo que mediada partidariamente.

B- O espaço dinâmico

Contrariamente ao espaço fixo, que apresentava uma dimensão estável, imutável, o espaço dinâmico está relacionado com a gestão de uma territorialidade institucionalizada que se faz sentir a partir das interacções entre os sujeitos (políticos). Corresponde aos fenómenos inerentes à gestão do espaço pessoal decorrente da concretização de certas interacções (por exemplo, as relativas à manifestação, ao desfile, à marcha, à luta, etc.) que são politizadas nas mensagens veiculadas pelos cartazes da revolução.

B.2 – O espaço dinâmico: a interacção partidarizada

No quadro nº 2, encontram-se sistematizados os diferentes termos inerentes à significação de uma espacialidade informal de índole partidária, estruturados a partir de um único eixo semântico: o relativo à disposição.

Configuração Disposição	Espacialidade Dinâmica	
	Ordenada	Concentrada

Quadro 2: dimensões semânticas da espacialidade dinâmica de índole político-partidária.

Reconhecemos que o comportamento proxémico de índole dinâmica não apresenta *per se* uma natureza explicitamente política. À partida, não existe, numa perspectiva denotativa, qualquer sentido de cunho político num aperto de mão, abraço, desfile, ou numa marcha. O que se verifica é a sua sistemática partidarização através da imposição de um vínculo lógico de índole institucional por intermédio de práticas discursivas que designamos de ‘marcação político-partidária’. Do ponto de vista signficante, elas consubstanciam-se numa preocupação em incluir na mensagem o logotipo, o símbolo ou a identidade verbal dos partidos políticos (por extenso ou por sigla). É esta imposição que afecta a natureza da espacialidade dinâmica atribuindo-lhe um sentido que originalmente não apresentava.

Uma das características mais recorrentes da significação da espacialidade dinâmica inerente ao discurso político-partidário reside no toque, no contacto físico. São usuais as representações iconográficas de actores sociais que se tocam num grupo, numa multidão, podendo estarem relacionadas com a intenção de afirmar uma cultura de proximidade, de fraternidade. São representações que apresentam o seu correlato verbal num plural inclusivo consubstanciado num ‘eu e tu’ (Benveniste, 1992: 26-27): “Grande Comício. **Ergamo-nos** contra as medidas fascistas que visam calar a voz da classe operária” (MRPP 2, 1975).

Esta insistência na significação do toque é interessante por várias razões.

Em primeiro lugar, ela está subjacente às mais variadas interacções: desde as de índole pacífica – perpassadas pelo abraço – às agressivas, nas quais o toque também se faz sentir mais ou menos explicitamente no confronto. Mesmo quando na luta os corpos não se tocam, há toda a expressão de uma cinésica de convergência física que se encontra subjacente: as personagens irão tocar-se;

Em segundo lugar, o toque é significativo de uma espacialidade assente na proximidade. A partir de uma análise em extensão à globalidade do *corpus* de análise (composto por 270 cartazes político-partidários), é possível conceber uma espécie de ‘gradação desta proximidade’ conforme as partes do corpo que se tocam. Varia entre o aperto de pulsos, passando pelo abraço de braços entrelaçados (nível intermédio), o abraço em si, até à completa diluição dos corpos uns nos outros;

Por fim, se do ponto de vista denotativo esta espacialidade, insuportavelmente próxima, intensamente física, é explícita de um culto da proximidade, já numa perspectiva conotativa apresenta implicações político-ideológicas. Parece-nos fazer parte de uma estratégia discursiva que não só celebra o reestabelecimento das liberdades de reunião, mas também afirma um novo estatuto do cidadão baseado nos valores da fraternidade e da igualdade.

A significação desta espacialidade assente no toque apresenta, por sua vez, dois traços semânticos conforme a disposição dos actores sociais que se tocam pode ser ou não ordenada. No primeiro caso, eles podem tocar-se, mas existe uma ordem subjacente que prevalece a esta interacção e até mesmo se pode sobrepor. À significação espacial desta disposição designámos por desfile. No segundo caso, verifica-se a situação inversa: o

mais importante é o toque, a ‘interpenetração’ dos corpos uns nos outros, a diluição do sujeito na massa. A significação desta disposição espacial é a concentração ([figura nº 2](#)).

Salientamos que no âmbito da significação do desfile também se verificam interessantes variações semânticas. Estão relacionadas com as diversas configurações que os corpos podem adoptar quando se tocam. Não existe, portanto, uma única ordem, mas várias, sendo que cada uma será geradora de diversos efeitos de sentido. O desfile é assim significado de três maneiras distintas conforme a expressão significativa de índole iconográfica é caracterizada por três padrões proxémicos: o desfile por coluna, em linha e o desfile em forma de ‘V’ invertido ([figura nº3](#)).

No desfile por coluna, a multidão encontra-se disposta numa fila encabeçada isoladamente por um líder. Os traços dos protagonistas que se encontram em segundo plano tendem a diluir-se progressivamente até um ponto em que ficarão indistintamente representados. Esta é uma disposição proxémica que tem por função enfatizar ideologicamente a importância do chefe ou de alguém que o evoque metonimicamente.

A elitização subjacente ao desfile em coluna adquire uma dimensão ainda mais evidente e enfática na disposição em ‘V’ invertido, pela qual a sociedade política como que converge absolutamente para a figura do líder partidário. Consideramos que esta configuração está relacionada com uma estratégia de idolatração partidária.

Relativamente ao desfile em linha, a configuração também se reporta a fenómenos de elitização político-partidária. A diferença reside no facto de se constatar a valorização de um grupo de protagonistas que encabeçam o desfile. Há a evocação de uma liderança, mas com a particularidade dela ser partilhada por uma espécie de ‘comité político’.

Para finalizar esta reflexão, queremos salientar que a simetria subjacente a uma disposição proxémica ordenada ou concentrada também é inerente a uma antonímia a partir da qual se fundamentam duas ordens opostas de significações político-ideológicas relativamente ao papel do cidadão. Se por um lado, a concentração remete para a emergência de um homem político emancipado renovado, libertado dos grilhões da repressão, um homem que na sua essência é um homem público; por outro, o desfile remete para a conceptualização de um homem arregimentado, integrado na fileira partidária, um homem doutrinado - o militante, o funcionário partidário.

Conclusão

No discurso político veiculado por cartazes, a significação da espacialidade é um fenómeno associado à afirmação da singularidade político-ideológica das instituições então emergentes no espectro político português do pós 25 de Abril de 1974. Consideramo-lo como pertencendo à gestão de um poder simbólico relacionado, entre outras facetas, com a afirmação de uma territorialidade de influência que, paradoxalmente, só existe na condição de se fundamentar numa legitimidade publicamente partilhada relativamente às razões e aos contornos de tal prática instituinte. Daí que a afirmação simbólica desta territorialidade embora originalmente apresente uma dimensão logotécnica, a sua dinâmica é sempre dialógica, frequentemente errática, problemática, de compromisso.

No que respeita à caracterização formal das categorias semânticas de territorialidade partidária, começámos por verificar que se articulam a partir de um eixo semântico primordial, relativamente ao qual se opõem as significações inerentes a uma territorialidade de índole fixa ou dinâmica. Salientamos a particularidade destas duas grandes ordens de significação apresentarem funcionalidades ideológicas distintas. A territorialidade fixa, corresponde a uma espacialidade de enquadramento, enquanto a de índole dinâmica está relacionada com a afirmação de valores ideológicos que se consubstanciam a partir da concretização de actividades partidárias ou partidarizadas.

Demonstrámos, por fim, como a espacialidade partidária é uma significação que é tanto mais rica e complexa quanto mais for o produto da combinação de diversos semas de vários eixos semânticos. É precisamente desta diversidade, complexa e fluída, que se fundamenta a singularidade ideológica das instituições políticas então emergentes. Salientamos, porém, que não se estrutura somente numa única dimensão semântica, mas em múltiplas, relativas aos mais diversos domínios, abarcando significações de ordem tão díspar que vão desde a gestualidade ao vestuário.

Bibliografia

- BENVENISTE, Émile – *O homem na linguagem*. Lisboa, Ed. Veja, 1992, Col. Linguística/Vega Universidade.
- BOURDIEU, Pierre - *O poder Simbólico*, 2ª Ed.. Lisboa, Difel, 1989.
- DISDERI, Eugène – “Sur le portrait photographique”, in: Françoise (Coord.) - *Du bon usage de la photographie*. Paris, Centre National de la Photographie, 1987, Col. Photo Poche, (27), p. 37-47.[Versão Original: DISDERI, Eugène – *L’Art de la photographie*. Paris, 1862.]
- GREIMAS, A.J. – *Semántica estructural. Investigación Metodológica*, 3ª Ed.. Madrid, Editorial Gredos, 1987, Col. Biblioteca Románica Hispánica. [Versão original: GREIMAS, A.J –*Sémantique structurale, Recherche de méthode*. Paris, Larousse, 1966.]
- HALL, Edward T - *A dimensão oculta*. Lisboa, Relógio d’Água, 1986. [Versão Original: HALL, Edward T – *The hidden dimension*, 1966.]
- FABRI, Paolo –“Considerações sobre a proxémica” in: GREIMAS, A. J. e Outros - *Práticas e linguagens gestuais*. Lisboa, Vega, 1992.
- HABERMAS, Jürgen - *Mudança estrutural da esfera pública. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1984, Col. Estudos Alemães. [Versão original. HABERMAS, Jürgen – *Strukturwandel der Öffentlichkeit*, 1961.]
- HALL, Edward T. – “Proxémica” in: BATESON, *et al* – *La nueva comunicación*, 3ª Ed.. Barcelona, Editorial Kairós, 1990.
- LITTLEJOHN; Stephen – *Fundamentos teóricos da comunicação humana*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1988. [Versão original: LITTLEJOHN; Stephen –*Theories of human communication*. Bell & Howell Company, 1978.]
- PCP – *60 anos de luta ao serviço do povo e da Pátria*. Lisboa, PCP/Edições Avante, 1981.
- RICOEUR, Paul - *Ideologia e utopia*. Lisboa, Edições 70, Col. Biblioteca de Filosofia

Contemporânea, 1991. [Versão original: *Lectures on ideology and utopy*. Columbia University Press, 1986.]

RODRIGUES, Adriano Duarte - *Estratégias da comunicação. A questão comunicacional e formas de sociabilidade*. Lisboa, Editorial Presença, 1990.

WEBER, Max - “ A política como vocação” in: GERTH, H. H. e MILLS, Wright G. (Org.) – *Ensaio de sociologia*, 4ª Ed.. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979, Col. Biblioteca de Ciências Sociais.

Iconografia

CARP (ML) – *NÃO aos despedimentos/O NOSSO LUGAR É LÁ DENTRO*. CARP(ML), 30x21cm.

CDS – *QUEREMOS RESPONDER/CDS/(mendiga)*. CDS, 1975, 98x67cm.

CMLP/ OCMLP/ ORPCML - *A CLASSE OPERÁRIA VAI TER DE NOVO O SEU PARTIDO!// CMLP/ OCMLP/ ORPCML*. CMLP/ OCMLP/ ORPCML, 1975.

FRENTE DE UNIDADE REVOLUCIONÁRIA - *FUR/ Por uma FRENTE de UNIDADE POPULAR / (programa político)*. FUR (FSP, LCI, LUAR, MDP-CDE, MES, PRP-BR), 1975, 69x48cm.

MDP-CDE- *O POVO UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO*. MDP-CDE, 1974, 100X70cm.

MDP-CDE [1] - *ontem a reacção atacou/ hoje os trabalhadores devem responder*. MDP-CDE, 1975, 44x31cm.

MDP-CDE [2] - *Grande Comício Popular/ SANTARÉM: MDP/CDE*. MDP/CDE, 1975, 43x29cm.

MDP-CDE [3] - *DERROTEMOS A REACÇÃO!// MDP/CDE*. MDP-CDE, 1975, 43x31cm.

MDP-CDE [4] - *angola: o povo no poder o poder ao MPLA/MDP/CDE*. MDP-CDE, 1975, 43x31cm.

MDP-CDE [5] – *a reacção não entrará em Lisboa/é preciso cortar o caminho à reacção*. MDP-CDE, 1975, 45x34cm.

MRPP - *...O TEMPO É DE GUERRA MAOS O HORIZONTE É VERMELHO/MRPP*. MRPP, 1974-1975, 48x68cm.

- MRPP [1] - *GRANDE COMÍCIO/ O POVO LIBERTOU O CAMARADA ARNALDO MATOS E LIBERTARÁ TODOS OS ANTI-FASCISTAS PRESOS/ MRPP*. MRPP, 1975, 100x70cm.
- MRPP [2] - *EM FRENTE NA GRANDE VIA DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA POPULAR/ GRANDE COMÍCIO/ MRPP*. MRPP, 1975, 96x63cm.
- OCMLP – *A TERRA PARA QUEM A TRABALHA*. OCMLP, 1975, 80x60xcm.
- PCP [1] - *POR UM PORTUGAL DEMOCRÁTICO com o PCP*. PCP, [1974], 64x47cm.
- PCP [2] - *2º COMÍCIO COM A. CUNHAL/ PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS*. PCP, 1974, 70x50cm.
- PCP [3] – *Álvaro Cunhal em AVEIRO/grande comício com o secretário geral do Partido Comunista Português*. PCP, 1974, 68x99cm.
- PCP [4] - *A REFORMA AGRÁRIA QUE O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS PRECONIZA*. PCP, 1974-1975, 45x62cm.
- PCP [5] - *O Partido dos trabalhadores e da resistência antifascista/ PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS*. PCP, 1974, 98x68cm.
- PUP – *pela República dos Operários e Camponeses!/ ditadura do Proletariado!/ PARTIDO DA UNIDADE POPULAR*. PUP, 1975, 64x55cm.
- UDP [1] - *ACABEM COM OS IMPOSTOS, MULTAS E ALCAVALAS SOBRE OS CAMPONESES POBRES! / UDP*. UDP, 1974-1975, 30x42cm.
- UDP [2] - *NÃO AOS DESPEDIMENTOS/ UDP*. UDP, [1975], 40x29cm.
- UEC – *COMÍCIO DA UEC COM A PRESENÇA DE ÁLVARO CUNHAL*. UEC, 1974, 70x50cm.